



## Prefeitura Municipal de Petrópolis Conselho Municipal de Cultura



### **ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – ABRIL DE 2017**

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e dezessete, às dezoito horas, na Sala Teatro Afonso Arinos, situada em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, sob a presidência de Claudio Partes, representante do segmento de artes plásticas, reuniu-se o Conselho Municipal de Cultura, com as presenças dos conselheiros representantes da então Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis, agora Instituto Municipal de Cultura e Esportes, Marcelo Vieira, Leonardo Randolpho, Rosane Guitarelli e Maria Luísa Rocha Melo, contando ainda com as presenças do conselheiro Jaime Moreno, representante do segmento de literatura; conselheira Monica Valverde, representante do segmento de cultura afrobrasileira, indígena e popular; conselheira Deise M<sup>a</sup> C. Göettner, representante da Secretaria de Educação; conselheira Regina Elena C. Guimarães e seu suplente Jorge Rossi, representantes do segmento de teatro; conselheiro André de Amorim, representante do segmento de música; conselheira Aline Castella, representante do segmento de audiovisual; conselheira Eva da Silva Brandão e sua suplente Fatima Mendonça, representantes do segmento de artesanato; conselheiro Leandro Azevedo, representante da Câmara Municipal; conselheira Graça Pimentel, suplente da cadeira de artes plásticas; conselheiro Guilherme Barcelos Ramos, representante do segmento de cultura de rua, e conselheiro Carlos José Lima e seu suplente Robson Mello, representantes do segmento de bandas marciais. Também presentes os visitantes Karina R. D'Assumpção (IMCE), Andressa Canejo (Ascom), Priscila Castro (Studio/Cia. De Dança Hip Boi e culturas populares), Maurício Araujo (XdaQuestão), Teresa Cristina Lima, Elisabeth Souza Silveira, Marcia Cunha Ganem (teatro), Renata Alves (segmento de teatro), Diana Iliescu (segmento de audiovisual), João Felipe Verleun (Solstício do Som), Kika Notini (segmento de música), Laell Rocha (teatro/dança/literatura), Julio Cesar Gomes (IMCE), Leonardo da Silva Stadler (empresa som/luz), Marilízia de Azevedo (jornalista), Marcio Reis Werderits, Jailson Gonçalves (músico), Wanderson William Agassis (Circuito de Forró), Paulo Campinho, Cristiane Nogueira Monteiro (Nação Hip Hop), Rafaela Elisiário (União Nacional dos Estudantes-UNE), Cleide Carneiro (gabinete Antônio Brito), Renata Alves (segmento de teatro), Pita Cavalcanti e Sylvio Costa Filho (Grupo Pessoal Aí).

Claudio Partes abriu a reunião apresentando como pauta exclusiva a extinção da Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis, que, apesar de já ter sido sancionada, é passível de emendas. Disse que o seu posicionamento oficial estará sempre alinhado com o CMC, pautando com os interesses do coletivo. Informou que enviou ofício (conforme anexo) à Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro convidando-a a participar desta assembleia no intuito de esclarecer alguns pontos ligados à reforma administrativa. Relatou que havia conversado com a dra. Vanessa Katz anteriormente e que a mesma esclareceu que os questionamentos do MP junto aos cargos da FCTP começaram em 2004 e, como nenhuma providência fora tomada, em 2008 foi pedida a extinção de todos os cargos da Fundação; não a extinção da Fundação em si. Claudio Partes fez um relato sobre a reunião que teve no Gabinete do Prefeito, juntamente com a classe artística, no dia 11 deste mês e que lhe foi dito que não havia como modificar o projeto de lei. Os presentes mencionaram sobre a completa falta de diálogo não só com a classe cultural, mas com o próprio segmento esportivo da cidade. Após este encontro, foram à Câmara Municipal a fim de entenderem um pouco mais sobre esta situação. Disse que vem consultando a forma como outros municípios vêm aplicando a política cultural e concluiu que muitos deles adotam a criação de fundações em detrimento de secretarias por serem estas mais burocráticas e bem menos ágeis pela sua natureza jurídica. Claudio Partes frisou a extinção de todos os cargos do quadro permanente, o que considera extremamente crítico para o funcionamento futuro da instituição. Mencionou sobre a integração do Museu Casa de Santos Dumont e Palácio de Cristal ao Departamento de Turismo, o que o levou a crer que o critério adotado para tal decisão foi o financeiro, tornando dúbio o entendimento previsto no Art. 33 da Lei 6806/2010 que prevê em um de seus itens o repasse de 25% da receita apurada em suas bilheterias. Observou que no

Art. 25, item IX, da Lei 7510/2017 prevê a articulação do Instituto com a Secretaria de Educação para realizar projetos, ações e eventos que propaguem o acesso às artes, à cultura e ao patrimônio histórico, sendo que, por outro lado, não há nenhuma menção para quaisquer envolvimento da expressão artística local com o turismo, tornando esta Lei, por estes e por outros equívocos, temerosa e falha. Lembrou que cultura e arte não significam somente cifras, mas que permite a fruição experimental que pode culminar em sensibilização e conquistas. Disse que esteve na apresentação do balanço de 100 dias da gestão do prefeito Bernardo Rossi e notou a total ausência das secretarias com relação à classe artística. E que cabe à sociedade civil organizada identificar os pontos que subtraíram as conquistas históricas, e reaproximar, por exemplo, agentes culturais anteriormente afastados por conta do próprio desgaste com o coletivo e o poder público. Apontou que este é o momento propício para encaminhar ao Ministério Público os questionamentos relativos à reforma. E que este movimento da sociedade se estenda para, além da mídia local, ao conhecimento de outras esferas, pois não só uma situação como esta impacta na cultura, mas também na educação, saúde e ações sociais. Neste momento, o conselheiro e vereador Leandro Azevedo, o único que votou contra o projeto de lei da criação do IMCE, se pronunciou dizendo que sempre lutou pela cultura e esporte do município. Informou que não sabia do dia da votação e que havia perguntado sobre a questão do fundo de cultura e esporte, se seria junto ou separado, ao que confirmaram que seria junto, porém depois afirmaram que seria separado. Relatou que chegou a ler todas as páginas do projeto, mas que, na última hora, foi apresentada uma substitutiva totalmente diferente e que, portanto, tomou a decisão de não votar. Refletiu se até que ponto esta reforma foi discutida e lida com a classe. Anunciou que o vereador Antonio Brito, que preside a Comissão de Cultura, Turismo, Títulos e Honrarias da CMP, diante deste fato, protocolou o pedido de audiência pública com o tema “Produção de eventos, preservação da boa imagem da cidade e os direitos do cidadão”, agendada para o dia 22 de maio, às 19h, e com isso, pretende-se que vários destes pontos sejam esclarecidos. Monica Valverde disse que a classe artística foi cobrada pelo Legislativo de não ter se manifestado antes, ao que ela respondeu que ninguém sabia deste projeto. André de Amorim apontou a irresponsabilidade dos vereadores de votarem sem levarem em consideração o papel deles de defenderem a sociedade. Leonardo Randolph declarou que seria leviano da parte dele defender algo em que ele não acredita, e que, por isso, tornou ciente o CMC do fato. Porém, alertou a todos com relação à mídia local e a forma como ela noticia, pois que ela quer divulgar informações que vendam mais. Disse concordar que o MP não tenha solicitado a extinção da FCTP, porém, desde 2004 as irregularidades foram tantas que inviabilizaram o funcionamento da instituição na forma como se encontrava, tornando-se um verdadeiro “cabide de emprego”. Esclareceu que foi elaborada inicialmente uma reforma administrativa que não impactava na sua estrutura e que foi igualmente surpreendido com o fato de que a proposta havia sido modificada inclusive em sua natureza jurídica, passando ser órgão direto. Com relação às discussões, por exemplo, sobre o novo direcionamento do fundo, era preciso que ele trouxesse ao Conselho, uma vez que vem de encontro à Lei do Sistema Municipal de Cultura. Parabenizou e agradeceu ao CMC pelo conjunto de ações mobilizadas neste período, e informou que no próprio dia 11 ele e os demais de sua equipe puseram seus cargos à disposição. Estes atos acabaram resultando em uma flexibilidade e sensibilização do Executivo no sentido de revisar a lei. Disse que teve uma reunião com o prefeito, quando foram discutidos caso a caso os artigos e itens do projeto de lei, e ambos tiveram a oportunidade de ouvirem-se mutuamente. Com isso, foi explicado a ele que a criação do fundo se deveu ao fato de que, com a criação do Instituto com caráter de secretaria, perde-se a agilidade administrativa do gestor para realização de eventos, o que seria suprida com a criação dos fundos independentes (cultura e esportes), cada um com um CNPJ próprio, garantindo assim um bom funcionamento da secretaria. Já o Funcultura, atrelado ao SMC, continuará sendo utilizado de acordo com a deliberação do CMC, conforme é previsto na Lei 6806/2010. Informou que será inserido na Lei um artigo que deixa clara a manutenção do Funcultura (com os 700 mil reais de orçamento previstos) e será criado o Fundo Municipal de Política Cultural, cujo recurso será repassado por meio do orçamento geral municipal. E que cabe ao Conselho a fiscalização para que o percentual direcionado à política pública de cultura seja de fato cumprido. Explicou que, com relação ao orçamento da extinta FCTP, este será dividido igualmente entre as pastas cultura e turismo, dando

continuidade, portanto, a todas as rubricas da pasta cultura. Alertou para que todos ficassem atentos e reivindicassem melhor percentual do orçamento quando da elaboração da LOA de 2018. Com relação ao orçamento da pasta de esportes, informou que já redigiu uma minuta do decreto que regularizará a destinação dos recursos. Disse que concorda que a Casa de Santos Dumont deveria permanecer na cultura, o que é conceitualmente correto, porém ponderou que a questão financeira é o que menos importa e que seu percentual deva ser regulamentado. Enfim, informou que vem conversando com o Gabinete tendo como pauta diversas correções da Lei, e que vem restabelecendo o diálogo com o mesmo. Disse que está aberto para discussões, mas que não se deve deixar de focar nas conquistas históricas, e que esta construção deve ser feita com cautela. Falou que apoia os protestos, considerando que esta é realmente a postura da sociedade civil. Após as colocações dos presentes com relação ao assunto, Claudio Partes encaminhou a composição de um Grupo de Trabalho para análise e proposições referente à Lei 7510/2017 a serem apresentadas em audiência pública. Ficou de encaminhar material que vem pesquisando para embasamento dos estudos e ao trabalho a ser desenvolvido, como o projeto de lei propriamente dito, além dos acórdãos do Ministério Público e artigos que dissertam sobre o funcionamento e diferenças entre a administração pública direta e indireta. Leonardo Randolpho complementou que também já conversou com o prefeito sobre a recondução dos cargos do quadro permanente, e informou que o Ministério Público multou a FCTP em 130 mil reais pelas irregularidades, sendo que este valor deverá ser direcionado à reforma do imóvel destinado à administração do Corredor Cultural. Após algumas colocações dos presentes sobre o assunto, Claudio Partes perguntou sobre o cumprimento do calendário cultural do município, se há viabilidade para tal ou se os serviços serão terceirizados, a exemplo do que aconteceu com a Expo Petrópolis 2017, ao que foi respondido por Leonardo Randolpho que o Instituto, assim como a então FCTP, não deve ser produtor de eventos, e que a terceirização é uma saída, desde que seja estipulado um termo de referência técnico, com toda definição criteriosa do evento. Com relação à Expo Petrópolis, lembrou que as suas atrações dão lucro e que definitivamente o município não tem condições de custear grandes eventos. Guilherme Barcelos disse que o governo está mostrando a sua postura e que esteve no debate da elaboração da LDO. Sugeriu que fosse composto um comitê do CMC para participação destas reuniões referentes ao orçamento público, e que lutasse por marcos regulatório, como venda de ingressos aos eventos da Expo Petrópolis a preços populares. Claudio Partes afirmou que as reuniões entre os conselheiros da sociedade civil devem ser feitas mais vezes para detalhamento das discussões. Aline Castella perguntou sobre a recondução do cargo para operação de equipamento audiovisual do Centro de Cultura, pois considera arriscado que várias pessoas passem a manipular estes equipamentos, podendo danificá-los, ao que Leonardo Randolpho respondeu que está prevista a recondução de servidor público do quadro permanente, após realização de concurso público. Robson Mello perguntou sobre a nomeação da chefia na nova Seção do Sistema Municipal de Cultura, sendo respondido que a servidora Karina D'Assumpção será designada para o cargo. Marcio Werderits sugeriu a criação de um Departamento de Audiovisual no IMCE.

Priscila Castro perguntou sobre o andamento do projeto Ciranda das Artes e Claudio Partes informou que este item será pauta para a próxima assembleia. Leonardo Randolpho complementou dizendo que está aprimorando o projeto, mas que este será um debate a ser realizado em conjunto com o CMC.

Com relação à destinação dos recursos do Funcultura, Claudio Partes sugeriu, na próxima discussão, que o orçamento seja dividido meio a meio, sendo 50% para custeio de projetos via edital público e os outros 50% direcionados diretamente a projetos culturais dos segmentos, de forma a atender ao maior número possível de proponentes.

Monica Valverde perguntou de que forma o artista local irá participar da programação cultural da Expo Petrópolis, pois não ficou sabendo da preparação da grade, ao que foi respondida por Leonardo Randolpho de que a programação já foi fechada, pois nem sempre é viável que a gestão discuta sobre estas questões com a sociedade civil, embora reconheça que o ideal é que a tomada de decisões seja sempre em conjunto com a classe artística. André de Amorim opinou que houvesse uma curadoria para estas seleções, pois vem observando que somente alguns poucos e específicos grupos de artistas são contemplados em eventos. Leonardo Randolpho respondeu que achava o pleito

pertinente, porém em alguns casos deve-se levar em conta o critério da notoriedade e, neste momento, é que existe a premissa da gestão para decidir nas seleções.

Renata Alves (Teatro Circense Andança) fez uma reclamação a respeito da Maratona Cultural que aconteceu em março, relativo ao critério de escolha dos grupos artísticos para apresentação. Leonardo Randolpho reconheceu que houve um mal entendido interno e pediu desculpas pelo transtorno. Aproveitou para lembrar que esta Maratona Cultural foi iniciativa do governo, podendo as outras edições serem realizadas pelo Instituto conjuntamente com a classe artística.

Claudio Partes tornou a destacar a importância de se planejar com maior antecedência, reconhecendo que, neste aspecto, a responsabilidade é também da sociedade civil.

Sylvio Costa Filho tomou a palavra e ressaltou o quanto é fundamental que a Câmara Municipal passe a ter uma participação efetiva no Conselho de Cultura. Lembrou que ajudou na construção do Sistema Municipal de Cultura o qual infelizmente vem sendo ignorado por várias gestões. E que já inclusive foi à Brasília, na Conferência Nacional de Cultura, na qualidade de delegado, para lutar pela política cultural da cidade, muito embora não tenha tido apoio financeiro nenhum. Considerou o que vem acontecendo com relação à reforma administrativa algo desrespeitoso e inadequado ao desenvolvimento da política pública. E que nunca soube de que a Fundação de Cultura e Turismo estava ilegal. Observou que sempre que se fala em “enxugar a máquina administrativa”, pensa-se em cortes na cultura, muito embora ela tenha a importância de ser, juntamente com a educação, investimento social. Pita Cavalcanti parabenizou o conselheiro vereador Leandro Azevedo, que, pela primeira vez, fez com que a Câmara Municipal se tornasse presente no Conselho.

Marcio Werderits citou que já trouxe diversas vezes denúncias de licitações erradas realizadas pela Fundação de Cultura, inclusive presença de fraudes, e que nunca o CMC tomou providência. Claudio Partes observou que o grande problema se reside também no fato de haver a desinformação geral sobre como se articular para reivindicar, o que não acontece somente com a área cultural.

Monica Valverde sugeriu que o nome do vereador Leandro Azevedo seja substituído pelo de Antonio Brito, titular da cadeira que representa a Câmara Municipal. Aproveitou para perguntar sobre o repasse do recurso do governo federal para as obras de reforma da Biblioteca Municipal e do Theatro D. Pedro, se ainda será executado, e Leonardo Randolpho respondeu positivamente. Sylvio Costa Filho lembrou que o Teatro Afonso Arinos também está deteriorado, precisando de reformas urgentes.

Monica Valverde questionou quanto aos cachês pagos aos artistas, que costumam ser diferenciado, o que ela considera um erro, devendo todos receber de forma equiparada. Leonardo Randolpho respondeu que acha que tabelar cachês é algo complicado, porém está aberto a mudanças caso seja consenso da classe artística. Perguntado sobre a obra restaurada de autoria de Ruy Albuquerque, ele informou que o painel já está pronto para fixação.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada por mim, Maria Luísa Rocha Melo, 1ª secretária do CMC, a presente ata, assinada juntamente com o presidente do CMC, Sr. Claudio Partes.

Petrópolis, 24 de abril de 2017.

---

**Maria Luísa Rocha Melo**  
1ª. secretária – CMC

---

**Claudio Partes**  
Presidente